

Por Ana Carolina Mello (*)



Em 2025, desastres naturais geraram aproximadamente 224 bilhões de dólares em perdas globais. Desse total, cerca de 108 bilhões estavam segurados, segundo levantamento da Munich Re. No Brasil, o recorte é ainda mais grave: dados do Radar de Eventos Climáticos e Seguros, produzido pela CNseg, indicam que a lacuna de proteção climática no país chega a 90%. Ou seja, a cada cem reais de prejuízo causado por eventos climáticos, apenas dez estão cobertos por algum tipo de seguro. A média global é de 40%. Esses números descrevem um problema estrutural, não uma série de episódios isolados.

A indústria de seguros foi construída para responder ao grande evento isolado. Um furacão de categoria máxima, um terremoto severo, uma catástrofe com data e endereço bem definidos. O mercado sabe precificar isso. Sabe modelar. Sabe construir apólice para isso. Esse modelo de risco está ficando obsoleto.

O que está acontecendo agora é diferente. Dezenas de tempestades médias acumuladas, enchentes regionais sucessivas, incêndios simultâneos em diferentes regiões. Nenhum desses eventos, individualmente, vira manchete global. O conjunto sangra o setor e, na maioria dos países, a maior parte do prejuízo fica descoberta porque os produtos disponíveis foram desenhados para outro tipo de risco.

O caso do Rio Grande do Sul tornou esse desafio concreto para o Brasil. As enchentes de 2024 expuseram ao mesmo tempo o volume do prejuízo descoberto e a fragilidade das estruturas de resposta: portfólios concentrados em produtos tradicionais, pouca disponibilidade de coberturas paramétricas e dificuldade de liquidação rápida em cenários de destruição em escala. O setor discute a criação de um seguro social de catástrofes, proposta que tramita no Congresso e que reflete o reconhecimento de que o modelo atual não consegue dar conta sozinho da dimensão do risco climático brasileiro.

O mercado começou a se mover. Seguradoras passaram a incorporar dados climáticos nos modelos de subscrição. Ferramentas de mapeamento de risco por endereço foram desenvolvidas para permitir análise mais granular da exposição a inundações, com planos de ampliar a cobertura para riscos de calor e seca nos próximos anos. No seguro paramétrico rural, o crescimento foi expressivo: entre 2021 e 2024, o número de apólices saltou de menos de dez para mais de 170, com área coberta passando de menos de 200 hectares para mais de 5.500 hectares, segundo levantamento da FGV Agro. Em 2025, a área segurada por esse modelo chegou a 11 mil hectares.

O avanço é real, mas ainda insuficiente diante da velocidade com que o perfil de risco está mudando. Na subscrição, ainda há muita resistência em aceitar riscos em áreas de alta exposição climática sem reformular o modelo. Os seguros paramétricos são um dos instrumentos mais promissores para reduzir a lacuna de proteção, por permitirem respostas mais rápidas com base em gatilhos objetivos como volume de chuva, temperatura ou velocidade do vento, sem necessidade de vistoria presencial. O paramétrico não substitui o seguro tradicional. Ele cobre o que o tradicional não consegue cobrir com velocidade suficiente em cenários extremos.

A alta probabilidade de retorno do El Niño ao Brasil no segundo semestre de 2026, estimada em torno de 80%, com potencial de intensidade elevada, adiciona urgência ao debate. A expectativa é de aumento de sinistralidade e crescimento da demanda por proteção, especialmente no agronegócio. A resposta do setor não pode continuar sendo predominantemente reativa. Risco emergente deixou de ser categoria auxiliar da estratégia. Quem ainda trata evento climático como anomalia a ser gerida está trabalhando com um mapa de risco que já não corresponde à realidade. O clima não está esperando o setor atualizar o modelo.

(*) **Ana Carolina Mello** é executiva com mais de 30 anos de experiência no mercado segurador. Com passagem por multinacionais nos EUA e no Brasil, desenvolveu uma visão global e multicultural da liderança. Ex-atleta profissional de vôlei, alia disciplina esportiva à gestão de alta performance. Defensora de modelos de gestão humanizados, colaborativos e orientados a resultados, é voz ativa na promoção da liderança feminina e atua como porta-voz em temas de liderança multicultural e transformação organizacional.

Fonte: RelatioNow, em 28.07.2026